



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

**RESOLUÇÃO Nº. 103/2025-CONSUNI/UFAL**, de 30 de setembro de 2025.

**ATUALIZA O REGIMENTO**  
**INTERNO DA COREMU/UFAL.**

**O CONSELHO SUPERIOR UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Alagoas – CONSUNI/UFAL**, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelo ESTATUTO e REGIMENTO GERAL da UFAL, de acordo com que consta no Processo nº.23065.023898/2025-00 e a deliberação favorável obtida na sessão extraordinária ocorrida no dia de 30 de setembro de 2025;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui a Residência em Área Profissional de Saúde e cria a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS);

**CONSIDERANDO** a Portaria Interministerial Nº 1.077, de 12 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde, e institui o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde, e a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde;

**CONSIDERANDO** a Portaria Interministerial Nº 16, de 22 de dezembro de 2014, que altera a Portaria Interministerial nº 1.077/MEC/MS, de 12 de novembro de 2009, a Portaria Interministerial nº 1.320/MEC/MS, de 11 de novembro de 2010 e revoga a Portaria Interministerial nº 1.224/MEC/MS, de 3 de outubro de 2012, para atualizar o processo de designação dos membros da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) e para incluir áreas profissionais para a realização de Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde;

**CONSIDERANDO** a Resolução Nº 3, de 4 de maio de 2010, da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde, que dispõe sobre a duração e a carga horária dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde e de Residência em Área Profissional da Saúde e sobre a avaliação e a frequência dos profissionais da saúde Residentes;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNRMS Nº 3, de 17 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre licenças, trancamentos e outras ocorrências de afastamento de profissionais da saúde Residentes;

**CONSIDERANDO** o Despacho Orientador sobre Trancamento e Desligamento de profissionais de saúde Residentes em Programas de Formação Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde – Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde – CNRMS;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNRMS Nº 2, de 27 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a transferência de profissionais residentes de Programas de Residência em Área Profissional da Saúde no Brasil;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNRMS Nº 1, de 27 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o número de Programas da Residência em Área Profissional da Saúde, nas modalidades multiprofissional e uniprofissional, cursados por egressos de programas;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNRMS Nº 2, de 13 de abril de 2012, que dispõe sobre Diretrizes Gerais para os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 3, de 16 de abril de 2012, da CNRMS, que dispõe sobre a data de início dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde e dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde, preenchimentos de vagas e desistências;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNRMS nº 05, de 07 de novembro de 2014, que dispõe sobre a duração e a carga horária dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde, nas modalidades multiprofissional e uniprofissional e sobre a avaliação e a frequência dos profissionais da saúde Residentes;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 1, de 21 de julho de 2015, que dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições da Comissão de Residência Multiprofissional – COREMU das instituições que ofertam Programas de residência em área profissional da saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional;

**CONSIDERANDO** a Portaria GM/MS Nº 1.598, de 15 de julho de 2021, que institui o Plano Nacional de Fortalecimento das Residências em Saúde, que visa valorizar e qualificar Residentes, corpo docente-assistencial e gestores de Programas de residência em saúde e apoiar institucionalmente Programas de residência em saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;

**CONSIDERANDO** a Resolução CNE/CES 01/2007, que estabelece as normas de funcionamento para os cursos de pós-graduação lato-sensu;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 106/2022-CONSUNI/UFAL, de 22 de novembro de 2022, que atualiza e disciplina a oferta de cursos de pós-graduação “*lato sensu*” (especialização) no âmbito da UFAL; e



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 82/2022-CONSUNI/UFAL, de 06 de setembro de 2022 que atualiza a Resolução Nº 86/2018 – CONSUNI/UFAL que regulamenta a implementação de políticas de ações afirmativas nos programas de pós-graduação “*stricto sensu*” e nos cursos de pós-graduação “*lato sensu*” da UFAL;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Atualizar o Regimento Interno da Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde – COREMU, da Universidade Federal de Alagoas, na forma anexa.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Alagoas, em 30 de setembro de 2025.

**PROF. JOSEALDO TONHOLO**  
**PRESIDENTE DO CONSUNI/UFAL**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

**(Anexo da Resolução N° 103/2025-CONSUNI/UFAL, de 30 de setembro de 2025)**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPEP  
COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE – COREMU**

**Regimento Interno da Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde**

**Agosto, 2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

**Reitor**

**Vice-reitora**

**Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação**

**Coordenação da COREMU**

**Vice-coordenação da COREMU**

**Tutores/as da COREMU**

**Preceptores/as da COREMU**

**Representante da Gerência de Ensino e Pesquisa do HUPAA**

**Representantes dos Residentes na COREMU**

**Representante do Corpo Técnico Administrativo na COREMU**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

**SUMÁRIO**

	<b>Pág</b>
<b>CAPÍTULO I: DO OBJETO E DOS OBJETIVOS</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO II: DA COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE OU EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE – COREMU</b>	<b>4</b>
<b>Seção I: Definição</b>	<b>4</b>
<b>Seção II: Da Composição</b>	<b>5</b>
<b>Seção III: Da Escolha e Mandato da Coordenação da COREMU</b>	<b>6</b>
<b>Seção IV: Das Competências</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO III: DA ORGANIZAÇÃO DOS PROGRAMAS</b>	<b>9</b>
<b>Seção I: Da Gestão Compartilhada dos Programas</b>	<b>9</b>
<b>Seção II: Do Funcionamento dos Programas</b>	<b>9</b>
<b>Seção III: Do Regime de Treinamento em Serviço</b>	<b>10</b>
<b>Seção IV: Das Atribuições dos Responsáveis pelo Programa de Residência</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO IV: DOS RESIDENTES</b>	<b>13</b>
<b>Seção I: Do Processo de Seleção</b>	<b>14</b>
<b>Seção II: Das Disposições Gerais</b>	<b>14</b>
<b>Seção III: Do Processo de Avaliação de Aprendizagem</b>	<b>15</b>
<b>Seção IV: Das Atribuições dos Residentes</b>	<b>16</b>
<b>Seção V: Dos Afastamentos</b>	<b>17</b>
<b>Seção VI: Do Regime Disciplinar</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO V: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	<b>20</b>



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

**REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE**  
**RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA UFAL**

**CAPÍTULO I**

**DO OBJETO E DOS OBJETIVOS**

**Art. 1º** - Este Regimento define o funcionamento da Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal de Alagoas (COREMU-UFAL).

**Art. 2º** - A Residência Multiprofissional em Saúde ou em Área Profissional da Saúde constitui-se em ensino de pós-graduação (*lato sensu*) na modalidade de Residência (Portaria interministerial nº 1.077, de 12 de novembro de 2009), destinada às categorias profissionais que integram a área da saúde, voltada para treinamento em serviço e sob orientação de preceptores e tutores.

**Art. 3º** - A Residência Multiprofissional em Saúde é credenciada pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), e tem como objetivos o aperfeiçoamento progressivo do padrão profissional e científico dos residentes e a melhoria da assistência à saúde da comunidade nas áreas profissionalizantes.

**Art. 4º** - A Residência Multiprofissional em Saúde da UFAL será realizada no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA), nas Unidades de Saúde do SUS e em outras unidades de saúde conveniadas à UFAL e devidamente homologadas pela COREMU.

**CAPÍTULO II**

**DA COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE OU EM ÁREA**  
**PROFISSIONAL DA SAÚDE – COREMU**

**Seção I**

**Definição**

**Art. 5º**- A COREMU é o órgão deliberativo ligado à CNRMS do Ministério da Educação (Resolução CNRMS nº 1, de 21 de julho de 2015).

§ 1º - A COREMU em Saúde ou em Área Profissional da Saúde fica vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP), como órgão assessor nos assuntos relacionados às Residências Multiprofissionais e em Áreas Profissionais da Saúde.

§ 2º - De acordo com o art. 2º da Resolução CNRMS nº 1, de 21 de julho de 2015, alíneas a, b e c, a COREMU é instância de caráter deliberativo e terá as seguintes atribuições:

- a) Coordenação, organização, articulação, supervisão, avaliação e acompanhamento de todos os Programas de Residência em Área Profissional da Saúde nas modalidades Multiprofissional e/ou Uniprofissional da instituição proponente;
- b) Acompanhamento do plano de avaliação de desempenho dos profissionais de saúde residentes;
- c) Definição de diretrizes e elaboração de editais de cotas para a seleção de residentes a ser conduzido pela Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE)-UFAL.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

**Seção II**

**Da Composição**

**Art. 6º** - A COREMU será constituída, de acordo com o art. 3º da Resolução CNRMS nº 1, de 21 de julho de 2015 por:

I – Um/a coordenador/a e seu/sua substituto, que responderão pela comissão, escolhidos/as dentre os/as membros do corpo docente-assistencial dos Programas de Residência em Área Profissional da Saúde da instituição proponente;

II – Os/as coordenadores/as e suplentes de todos os programas de Residência em Área Profissional da Saúde da instituição proponente;

III - Representante titular e suplente de Profissionais de Saúde Residentes de cada programa de Residência em Área Profissional da Saúde, escolhidos entre seus pares;

IV - Representante titular e suplente de tutores de cada área profissional que faça parte dos programas de residência ligados a COREMU, escolhidos entre seus pares;

V - Representante titular e suplente de tutor/a da Unidade Básica de Saúde (UBS) ou Unidade Docente Assistencial (UDA);

VI - Representante titular e suplente de preceptores/as de cada programa e de cada área profissional - para o programa multiprofissional - da Residência em Área Profissional da Saúde, escolhidos/as entre seus pares; e

VII - Representante titular e suplente da Gerência de Ensino e Pesquisa da unidade executora ou gestor local de saúde.

§ 1º - Poderão compor a COREMU outras representações definidas em reunião do colegiado.

§ 2º - Terão direito a voto na COREMU, os/as membros titulares presentes e na ausência desses/as, seus/suas suplentes; e todos terão direito a fala.

§ 3º - Os/as representantes referidos/as nesta seção serão indicados por seus pares, com os/as respectivos/as suplentes com mandatos vinculados.

§ 4º - A coordenação desta comissão será exercida pelo/a coordenador/a e pelo/a vice coordenador/a, ambos eleitos/as pelos membros da COREMU e nomeados/as pelo Reitor/a da UFAL.

§ 5º - Os mandatos do/a coordenador/a e do/a vice coordenador/a, bem como dos demais membros, com exceção dos/as residentes, são de dois anos, contados a partir de suas posses, permitida, em cada caso, uma recondução de 2 anos. Para os/as residentes, o mandato terá duração de 1 ano, que poderá ser interrompido em caso de conclusão do curso.

**Seção III**

**Da Escolha e Mandato da Coordenação da COREMU**

**Art. 7º** - A eleição para coordenador/a e vice-coordenador/a da COREMU obedecerá aos seguintes requisitos:

I – Será formada comissão eleitoral, a qual fará a condução do processo, sendo composta por um representante dos tutores, um representante dos preceptores, um representante dos residentes R1, um representante dos residentes R2 e um representante da secretaria da COREMU;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

II - A presidência desta comissão será exercida por qualquer integrante mencionado acima, excetuando-se os residentes;

III – O processo eleitoral será amplamente publicizado para inscrição das chapas e demais etapas;

IV - As candidaturas deverão ser registradas até sete dias antes da eleição;

V - A titulação mínima exigida para a função de coordenação e vice-coordenação de programa é de mestre.

§ 1º - O/a residente é inelegível aos cargos de coordenador/a e vice-coordenador/a da COREMU.

§ 2º - Os mandatos de coordenador/a e de vice-coordenador/a têm duração de dois anos, podendo concorrer novamente ao cargo.

§ 3º - Em caso de empate, serão observados os seguintes critérios de desempate:

- a) Maior tempo de atuação do/a candidato/a no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da UFAL;
- b) Maior tempo de atuação do/a candidato/a no HUPAA e/ou UFAL;
- c) Candidato/a à coordenador/a com maior idade.

§ 4º - Persistindo o empate, serão seguidos os mesmos critérios para avaliação do candidato à vice-coordenador/a.

#### **Seção IV**

##### **Das Competências**

**Art. 8º-** A COREMU reunir-se-á regularmente, devendo:

I - Definir o calendário anual das reuniões ordinárias;

II - Deliberar ações que deverão ser aprovadas pela metade mais um dos seus membros;

III - Divulgar previamente a pauta das reuniões;

IV - Registrar e disponibilizar o conteúdo discutido na forma de atas;

V - Acompanhar e avaliar o desempenho dos/as profissionais de saúde residentes, por meio da documentação enviada pelos/as coordenadores/as de cada um dos programas;

VI - Definir diretrizes, elaborar editais e acompanhar o processo seletivo de candidatos/as;

VII - Supervisionar a implantação e execução dos novos Programas;

VIII - Avaliar semestralmente os programas a partir dos resultados obtidos na avaliação feita pelos residentes acerca dos tutores, preceptores, docentes e cenários de prática, com objetivo de melhorias;

IX - Fazer cumprir o Regimento.

§ 1º - Todas as comunicações e tramitações de processos da COREMU junto à CNRMS serão feitos por intermédio da Comissão Descentralizada Multiprofissional de Residência de Alagoas – CODEMU-AL.

§ 2º- A COREMU deverá funcionar de forma articulada com as instâncias de decisão formal existentes na hierarquia da instituição.

§ 3º - A COREMU deverá funcionar com regimento próprio.

§ 4º - Cabe à COREMU, em última instância, deliberar sobre fatos omissos e fazer o encaminhamento pertinente.





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

**Art. 9º** - A COREMU se reunirá ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, por convocação do/a Coordenador/a ou de 2/3 (dois terços) de seus membros.

**Parágrafo único** - A reunião iniciará em primeira chamada, em horário preestabelecido, com a presença de pelo menos 50% de seus membros ou após 20 minutos, em segunda chamada, com o quórum mínimo de 30% dos seus membros.

**Art. 10º** - Ao/À coordenador/a da COREMU, compete:

- I - Presidir as reuniões do colegiado;
- II - Executar as deliberações do colegiado e gerir as atividades do curso;
- III - Representar o colegiado perante os demais órgãos da Universidade e outras instituições;
- IV - Responder às solicitações, processos e demais demandas relacionadas à residência;
- V - Convocar eleições para a renovação do colegiado.

**Parágrafo único** – O/A coordenador/a da COREMU acumulará a coordenação de Programa de Residência, quando for o único cadastrado.

**Art. 11** – Ao/À vice coordenador/a da COREMU, compete:

- I - Apoiar o/a coordenador/a no desenvolvimento das suas atribuições;
- II - Substituir o/a coordenador/a em faltas e impedimentos eventuais.

**Art. 12** - Em casos de afastamento temporário justificado do/a coordenador/a e do/a vice coordenador/a, por qualquer que seja o motivo, deverá ser indicado pelo colegiado, um/a tutor/a ou preceptor/a vinculado ao(s) Programa(s) de Residência para responder pela coordenação durante a sua ausência.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ORGANIZAÇÃO DOS PROGRAMAS**

##### **Seção I**

##### **Da Gestão Compartilhada dos Programas**

**Art. 13** - A gestão dos Programas de Residência é constituída pela coordenação da COREMU- UFAL e núcleo docente assistencial estruturante (NDAE), sendo este último de caráter consultivo e de assessoramento pedagógico aos programas.

**Art. 14** - Todo programa deverá ter um NDAE que é composto pelo/a coordenador/a do Programa, o/a vice-coordenador/a, por tutores/as e preceptores/as e tem como objetivo apoiar a COREMU, mantendo a qualificação da concepção, da consolidação e constante atualização dos projetos pedagógicos (PP) dos programas de residência.

**Art. 15** - Compete ao NDAE (Resolução CNRMS Nº 2 de 13/04/2012):

- I - Acompanhar e avaliar de forma contínua o Projeto Pedagógico dos programas;
- II - Promover a institucionalização de novos processos de gestão, atenção e formação em saúde, visando o fortalecimento ou construção de ações integradas na(s) respectiva(s) área(s) de concentração entre equipe, entre serviços e nas redes de atenção do SUS;
- III - Estruturar e desenvolver grupos de estudo e de pesquisa, que fomentem a produção de projetos de pesquisa e projetos de intervenção;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

IV - Elaborar o cronograma anual dos programas;

V - Propor as normas para avaliação de desempenho dos residentes;

VI - Appreciar os pedidos de licença para afastamento dos residentes, dentre outros.

**Seção II**

**Do Funcionamento dos Programas**

**Art. 16** - Cada Programa de Residência Multiprofissional em Saúde constituirá uma estrutura interna de funcionamento, composta pelo/a coordenador/a, vice coordenador/a, tutores/as e preceptores/as, a qual deverá ser encaminhada à COREMU para aprovação.

§ 1º - Cada programa deverá ter um Projeto Pedagógico próprio, o qual deverá ser aprovado pela COREMU.

§ 2º - Cada programa deverá ter um regimento interno, o qual deverá ser aprovado pela COREMU.

**Art. 17** - Cada Programa de Residência Multiprofissional em Saúde deve ser constituído por no mínimo 3 (três) áreas profissionais.

§ 1º - A titulação exigida para a função de tutor deverá ser no mínimo a de mestre/a.

§ 2º - A titulação exigida para a função de preceptor/a deverá ser, no mínimo, de especialista.

**Seção III**

**Do Regime de Treinamento em Serviço**

**Art. 18** - O Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da UFAL, em conformidade com a resolução CNRMS nº 5, de 07 de novembro de 2014, terá duração de dois anos com carga horária de 5760 horas (cinco mil setecentos e sessenta), das quais 80% serão desenvolvidas sob a forma de estratégias educacionais práticas e teórico-práticas, com garantia das ações de integração, educação, gestão, atenção e participação social e 20% sob a forma de estratégias educacionais teóricas.

**Parágrafo único** – O/A residente fará jus a um dia de folga semanal e a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, que podem ser fracionados em dois períodos de 15 (quinze) dias, por ano de atividade.

**Art. 19** – Os/as residentes receberão bolsa – financiada por órgãos governamentais e/ou outras fontes, garantida por legislação vigente, devendo ter dedicação exclusiva à Residência.

**Art. 20** - Os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde obedecerão às normas nacionais da CNRMS em vigor e, no que couber, às normas de pós-graduação da UFAL e ao Regimento Interno da COREMU-UFAL.

**Seção IV**

**Das Atribuições dos Responsáveis pelo Programa de Residência**

**Art. 21** – Ao/À coordenador/a do programa compete:

I - Fazer cumprir as deliberações da COREMU;

II - Garantir a implementação e a autoavaliação do programa;

III - Coordenar o processo de análise, atualização e aprovação das alterações do PP junto à COREMU;

IV - Mediar as negociações interinstitucionais para viabilização de ações conjuntas de gestão, ensino, educação, pesquisa e extensão;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

V - Promover a articulação do programa com outros programas de residência em saúde, incluindo a médica e com cursos de graduação e pós-graduação;

VI - Fomentar a participação dos/as residentes, tutores/as e preceptores/as no desenvolvimento de ações e de projetos interinstitucionais em toda a extensão da rede de atenção e gestão do SUS;

VII - Promover a articulação com as Políticas Nacionais de Educação e da Saúde e com a Política de Educação Permanente em Saúde do seu estado por meio da Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES);

VIII - Responsabilizar-se pela documentação do programa e atualização de dados junto às instâncias institucionais locais de desenvolvimento do programa e à CNRMS, via CODEMU -AL;

IX - Toda atividade de coordenação deverá ser qualificada como atividade docente/administrativa/gestão na Unidade Acadêmica/Órgão de Apoio Acadêmico/Campus de lotação do/a coordenador/a.

**Art. 22** - A função de tutor/a caracteriza-se por atividade de orientação acadêmica de preceptores/as e residentes, estruturada preferencialmente nas modalidades de tutoria de núcleo e tutoria de campo, exercida por profissional com formação mínima de mestre e experiência profissional de, no mínimo, 03 (três) anos, a quem compete:

I - Implementar estratégias pedagógicas que integrem saberes e práticas, promovendo a articulação ensino-serviço, de modo a proporcionar a aquisição das competências previstas no PP do programa, realizando encontros periódicos com preceptores/as e residentes, contemplando todas as áreas envolvidas no programa;

II - Participar do processo de seleção dos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde;

III - Participar do planejamento e implementação das atividades de educação permanente em saúde para os/as preceptores/as;

IV - Participar da avaliação do PP do programa e do processo de avaliação dos/as residentes;

V - Orientar e avaliar os trabalhos de conclusão de residência (TCR);

VI - Comunicar, juntamente com a preceptoria, ao/à coordenador/a do programa as faltas e transgressões disciplinares dos/as residentes;

VII - Encaminhar, juntamente com a preceptoria, à COREMU os pedidos de licença para afastamento dos/as residentes;

VIII - Toda atividade de tutoria deverá ser qualificada como atividade docente na Unidade Acadêmica/Órgão de Apoio Acadêmico/Campus de lotação do/a tutor/a.

**Art. 23** – O/A preceptor/a é o profissional vinculado/a à instituição formadora ou executora do programa que realiza supervisão direta das atividades práticas realizadas pelos residentes nos serviços de saúde onde o programa é desenvolvido, o qual deverá ter titulação acadêmica mínima de especialista e experiência na área de atuação profissional, e a quem compete:

I - Exercer a função de orientador/a de referência para os/as residentes no desempenho das atividades práticas onde o programa é realizado;

II - Promover discussões periódicas de casos clínicos de interesse para o aprendizado do/a residente visando avanços na qualidade da assistência em saúde;

III - Facilitar a integração dos/as residentes com a equipe de saúde, usuários/as (indivíduos, família e



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

grupos), residentes de outros programas, bem como com estudantes dos diferentes níveis de formação profissional na saúde que atuam no campo de prática;

IV - Participar, junto com os/as residentes e demais profissionais envolvidos/as no programa, das atividades de pesquisa e dos projetos de intervenção voltados à produção de conhecimento e de tecnologias que integrem ensino e serviço para qualificação do SUS;

V - Identificar dificuldades e problemas de qualificação dos/as residentes relacionadas ao desenvolvimento de atividades práticas de modo a proporcionar a aquisição das competências previstas no PP do programa, encaminhando-as aos/às tutores/as quando se fizer necessário;

VI - Participar da elaboração de relatórios periódicos desenvolvidos pelos/as residentes sob sua supervisão;

VII - Proceder, em conjunto com tutores/as, a formalização do processo avaliativo do residente;

VIII - Orientar e avaliar os TCR, conforme as regras estabelecidas no regimento interno da COREMU, respeitada a exigência mínima de titulação de mestre;

IX - Operacionalizar as atividades práticas para os/as residentes;

X - Comunicar, juntamente com a tutoria, ao/à coordenador/a do programa as faltas e transgressões disciplinares dos/as residentes;

XI - Encaminhar, juntamente com a tutoria, ao/à coordenador/a do programa os pedidos de licença para afastamento dos/as residentes;

XII - Participar das reuniões sobre a residência para as quais for convocado/a;

XIII - Participar do processo de seleção dos Programas de Residência;

XIV – Toda atividade de preceptoria deverá ser qualificada como atividade docente/assistencial na Unidade Acadêmica/Órgão de Apoio Acadêmico/Campus de lotação do/a preceptor/a.

**Art. 24** – Os/as docentes são profissionais vinculados/as às instituições formadoras e executoras que participam do desenvolvimento das atividades teóricas e teórico-práticas, devendo:

I - Articular junto ao/à tutor/a mecanismos de estímulo para a participação de preceptores/as e residentes nas atividades de pesquisa;

II - Apoiar a coordenação dos programas na elaboração e execução de projetos de educação permanente em saúde para a equipe de preceptores/as da instituição executora;

III - Orientar e avaliar os TCR, conforme as regras estabelecidas no regimento interno da COREMU;

IV – Toda a carga horária de atividades de docência no âmbito da COREMU deverá ser contabilizada na Unidade Acadêmica/Órgão de Apoio Acadêmico/Campus de lotação do/a docente.

## **CAPÍTULO IV**

### **DOS RESIDENTES**

#### **Seção I**

##### **Do Processo de Seleção**

**Art. 25** - O Concurso para seleção de residentes será realizado anualmente, de acordo com as normas específicas estabelecidas em edital do Exame Nacional de Residências (ENARE) ou equivalente.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

**Art. 26** - As disposições que regerão o processo seletivo para residência, por meio de cotas, serão objetos de editais específicos, elaborados pela COREMU e conduzidos pela COPEVE-UFAL, fazendo-se uso do resultado geral do ENARE ou equivalente, caso este certame não contemple a política de ações afirmativas vigente da Universidade.

**Seção II**

**Das Disposições Gerais**

**Art. 27** - A promoção do/a residente para o ano seguinte do programa está condicionada:

I - Ao cumprimento integral da carga horária prática e teórico-prática do 1º ano do programa;

II - Ao cumprimento de um mínimo de 85% da carga horária teórica do 1º ano; e

III - À aprovação obtida pelos resultados das avaliações realizadas durante o ano, com nota mínima de 7,0.

**Art. 28** - O não cumprimento do item III do art. 27 será motivo de desligamento do/a residente do programa.

**Art. 29** - A supervisão permanente do treinamento do/a residente/a deverá ser realizada por preceptor/a com qualificação mínima de especialista na área profissional ou na área de concentração do programa desenvolvido, e tutor/a com titulação mínima de mestre.

**Art. 30** – Os/as residentes deverão cumprir obrigatoriamente, ao final do 2º ano, um mínimo de 85% de presença na estratégia teórica prevista no PP do respectivo programa de residência.

**Art. 31** – Os/as residentes deverão cumprir integralmente ao final do 2º ano a carga horária da estratégia prática e teórico-prática (100%) prevista no PP do respectivo programa de residência (Resolução CNRMS nº5, de 07 de novembro de 2014).

**Art. 32** - Ao final do segundo ano do programa, o/a residente deverá apresentar o TCR sob orientação do corpo docente assistencial, seguindo as normas do programa para a sua elaboração.

§ 1º - O TCR deverá ser apresentado até o último mês do 2º ano, podendo ser prorrogado por até três meses, após os 24 meses de residência e esta apresentação será presencial, salvo nos casos em que, justificadamente, seja necessária a apresentação remota online.

§ 2º - Nos casos de pedido de apresentação remota, as justificativas serão avaliadas pelo colegiado.

§ 3º - O não cumprimento desse prazo implica em não conclusão da residência.

**Art. 33** - É permitida ao/à residente do 2º ano, a realização de estágio de caráter eletivo ou opcional:

I - Durante 30 (trinta) dias, desde que com anuência do/a seu/sua preceptor/a e tutor/a;

II – O/A residente é o/a responsável pela tramitação dos acertos com o local que irá recebê-lo;

III - A Instituição parceira receptora deverá encaminhar documento de aceite, com o nome do/a profissional que ficará responsável pela supervisão e avaliação do/a residente.

**Seção III**

**Do Processo de Avaliação de Aprendizagem**

**Art. 34** - O processo de avaliação dos/as residentes é obrigatório e deverá ser realizado a cada cenário de prática, de modo integrado entre residente, preceptor/a e tutor/a, utilizando formulários de avaliação específicos.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

**Art. 35** - A avaliação de aprendizagem deverá ter caráter formativo e construtivo, sendo congruente com o conteúdo programático do programa e com a correspondência ao ano de residência.

**Art. 36** – Os/As residentes serão avaliados/as nas estratégias prática, teórico-prática e teórica pelo corpo docente-assistencial (docentes, tutores/as e preceptores/as).

**Parágrafo único** - A nota de aproveitamento para aprovação nas estratégias prática, teórico-prática e teórica deve ser igual ou maior a 7,0 (sete).

**Art. 37** – Os/As residentes com aproveitamento insuficiente em quaisquer estratégias prática, teórico-prática e teórica serão desligados/as do programa, assegurado o direito à ampla defesa perante a COREMU.

**Seção IV**

**Das Atribuições dos Residentes**

**Art. 38** - Constituem-se atribuições dos/as residentes:

I - Conhecer o PP do programa para o qual ingressou, atuando de acordo com as suas diretrizes orientadoras;

II - Ser corresponsável pelo processo de formação e integração ensino-serviço, desencadeando reconfigurações no campo, a partir de novas modalidades de relações interpessoais, organizacionais, ético-humanísticas e técnico-sociopolíticas;

III - Dedicar-se exclusivamente ao programa, cumprindo a carga horária de 60 (sessenta) horas semanais;

IV - Conduzir-se com comportamento ético perante a comunidade e usuários/as envolvidos/as no exercício de suas funções, bem como perante o corpo docente, corpo discente e técnico-administrativo das instituições que desenvolvem o programa;

V - Comparecer com pontualidade e assiduidade às atividades da residência;

VI - Articular-se com os/as representantes dos/as residentes na COREMU da instituição;

VII - Integrar-se às diversas áreas profissionais no respectivo campo, bem como com discentes do ensino da educação profissional, graduação e pós-graduação na área da saúde;

VIII - Integrar-se à equipe dos serviços de saúde e à comunidade nos cenários de prática;

IX - Buscar a articulação com outros programas de residência multiprofissional e em área profissional da saúde e com os programas de residência médica;

X - Zelar pelo patrimônio institucional;

XI - Participar de comissões ou reuniões sempre que for solicitado;

XII - Manter-se atualizado/a sobre a regulamentação relacionada à residência multiprofissional e em área profissional de saúde;

XIII - Participar da avaliação da implementação do PP do programa, contribuindo para o seu aprimoramento;

XIV - Em caso de desistência informar ao/à coordenador/a do programa e formalizá-la junto à COREMU, para que possam ser tomadas as medidas administrativas cabíveis;

XV - Seguir a Norma Regulamentadora de segurança e trabalho em serviços de saúde vigente; e



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

XVI - Recorrer a COREMU e/ou ao Comitê de Ética quando sofrer qualquer tipo de agressão durante o exercício da função de residente.

**Art. 39** – Ao/À residente é vedado:

I - Ausentar-se do local onde esteja exercendo suas atividades sem autorização do/a tutor/a e/ou preceptor/a;

II - Retirar sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer objeto ou documento do serviço onde o programa esteja sendo realizado;

III - Alterar rotina administrativa dos serviços sem autorização por escrito do/a tutor/a e/ou preceptor/a;

IV - Conceder à pessoa estranha ao serviço o desempenho de atribuições que sejam de sua responsabilidade, não permitindo o acesso aos espaços reservados aos residentes e aos equipamentos e documentos de acesso à instituição;

V - Prestar quaisquer informações que não sejam as de sua específica atribuição; e

VI - Utilizar instalações e/ou material do serviço para lucro próprio.

**Seção V**

**Dos Afastamentos**

**Art. 40** - Fica assegurado ao/à residente o direito à afastamento, sem reposição, nas seguintes hipóteses e prazos, que se iniciam no mesmo dia do evento:

I - Núpcias: cinco dias úteis;

II - Óbito de cônjuge, companheiro/a, pai, mãe, madrasta, padrasto, avó, avô, sogra, sogro, irmão/ã, filho/a, enteado/a menor sob guarda ou tutela: oito dias consecutivos;

III - Na participação em eventos científicos relacionados ao programa de residência, com carga horária de até 84h anuais, o equivalente a sete dias da carga horária anual da residência.

§ 1º - Essa carga horária não será cumulativa para o segundo ano.

§ 2º - O/A residente deverá solicitar à COREMU oficialmente, a participação nos eventos com até 48hs de antecedência, já com a ciência do/a preceptor/a e/ou tutor/a.

§ 3º - Os eventos realizados no HUPAA e na UFAL serão contabilizados desde que a participação do/a residente respeite o trâmite estabelecido em fluxograma para liberação de eventos, com liberação e acordo da preceptoria, docentes e coordenação da COREMU, e para os eventos importantes à prática assistencial, que a preceptoria entenda como relevante a participação do residente, serão considerados como atividade prática e a frequência ficará sob responsabilidade do/a preceptor/a.

§ 4º - A não reposição da carga horária para eventos externos à UFAL/HUPAA estará condicionada a entrega do certificado ou declaração de participação, no prazo de até 30 dias.

§ 5º - O/A residente deverá comparecer ao serviço no turno da tarde caso o evento aconteça no turno da manhã e no caso de evento no turno da tarde, o/a residente deverá comparecer ao serviço no turno da manhã. Caso o evento aconteça nos turnos da manhã e da tarde, o residente será liberado o dia todo.

§ 6º - Trabalhos apresentados em eventos científicos durante os dois anos do/a residente no programa de residência sobre temas relacionados às estratégias desenvolvidas neste programa de residência deverão ter a orientação do corpo docente assistencial.





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

**Art. 41** - Fica assegurado ao/à residente o direito à afastamento, com reposição, nas seguintes hipóteses e prazos, que se iniciam no mesmo dia do evento:

I - Nascimento ou adoção de filho/a (residente sexo feminino): será assegurado o direito à licença com a continuidade da bolsa de estudos durante o período de 120 dias, devendo, porém, o mesmo período ser prorrogado por igual tempo, para que seja completada a carga horária total da atividade prevista;

II - Nascimento ou adoção de filho/a (residente sexo masculino): 5 dias consecutivos devendo, porém, o mesmo período ser prorrogado por igual tempo, para que seja completada a carga horária total da atividade prevista;

III - Licença por atestado médico e comparecimento em consultas.

**Parágrafo único** - A licença maternidade, quando requerida pela residente, poderá ser prorrogada em até 60 dias, nos termos da Lei 11.770 de 9 de setembro de 2008.

**Seção VI**

**Do Regime Disciplinar**

**Art. 42** - Sempre que houver infrações às normas, bem como ao regimento interno da COREMU-UFAL e ao Código de Ética Profissional, os residentes estarão sujeitos/as às seguintes sanções disciplinares:

I - Advertência verbal;

II - Advertência escrita;

III - Suspensão;

IV - Desligamento.

**Art. 43** - O não cumprimento do horário de entrada do/a residente no programa, no período de 6 (seis) meses acarretará as seguintes sanções:

I - 02 (dois) atrasos = 01 (uma) advertência verbal;

II - 02 (dois) advertências verbais = 01 (uma) advertência escrita;

III - 03(três) advertências escritas = 01 (uma) suspensão de 03 (três) dias;

IV - 02 (duas) suspensões = desligamento do programa.

**Parágrafo único** - O horário de chegada nos cenários de prática também será considerado para as regras acima.

**Art. 44** - Aplicar-se-á também a sanção de advertência por escrito ao/à residente que:

a) Não cumprir as atividades designadas em cada cenário de prática;

b) Faltar, sem comunicação prévia e/ou sem justificativa;

c) Usar de maneira inadequada instalações, materiais e outros pertences da Instituição.

**Art. 45** - Aplicar-se-á também a penalidade de suspensão ao/à residente que:

a) Exercer agressões verbais e/ou físicas em quaisquer cenários das instituições executoras e da UFAL e/ou enquanto estiver desenvolvendo atividades relacionadas ao programa de residência;

b) Receber 02 (duas) advertências escritas pela mesma causa ou 03 (três) advertências por quaisquer motivos durante o período da residência;





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**SECRETARIA EXECUTIVA DE CONSELHOS SUPERIORES – SECS**

c) Ausentar-se das atividades programadas das estratégias prática e teórico-prática sem conhecimento e/ou autorização prévia dos preceptores/as ou tutores/as;

d) Desrespeitar o Código de Ética Profissional e as normas da instituição executora.

§ 1º - Será assegurado ao/à residente penalizado com suspensão o direito a recurso, com efeito suspensivo, ao/à coordenador/a da COREMU-UFAL, no prazo de 03 (três) dias úteis, computados a partir da data em que for cientificado/a, devendo-se o mesmo ser julgado em até 10 (dez) dias após o recebimento.

§ 2º - As horas práticas equivalentes à sanção de suspensão deverão ser repostas integralmente.

**Art. 46** - Aplicar-se-á também a sanção de desligamento ao/à residente que:

a) Reincidir na sanção de suspensão;

b) Não comparecer às atividades do programa de residência, sem justificativa, por 03 (três) dias consecutivos ou 15 (quinze) dias intercalados, no período de até 06 (seis) meses;

c) Ser avaliado/a com aproveitamento insuficiente em quaisquer estratégias teórica, teórico-prática e prática.

**Parágrafo único** - Será assegurado ao/a residente penalizado/a com desligamento o direito a recurso, com efeito suspensivo, ao/à coordenador/a da COREMU-UFAL, no prazo de 03 (três) dias úteis, computados a partir da data em que for cientificado/a.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 47** - As questões omissas neste regimento serão resolvidas pela COREMU, alicerçadas nas Resoluções da CNRMS, nas normas da UFAL e na legislação superior vigente.

**Art. 48** - Este regimento interno passará a vigorar após a sua aprovação na COREMU-UFAL e no Conselho Superior Universitário (CONSUNI)-UFAL.

Este Regimento foi aprovado na Reunião Ordinária da COREMU, realizada em 28 de novembro de 2023 e na reunião extraordinária do CONSUNI da UFAL realizada em 30 de setembro de 2025.